

O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil

José Eustáquio Diniz Alves



Resumo: O Brasil vem passando por um processo de mudança da estrutura etária desde o final da década de 1960, quando teve início a redução das taxas de fecundidade no país. O país tinha uma distribuição etária jovem e uma idade mediana abaixo de 20 anos até o início dos anos de 1970. Houve rejuvenescimento da população brasileira entre 1950 e 1970. Mas a dinâmica demográfica começou a mudar desde então, dando início ao processo de envelhecimento e de aumento da idade mediana do conjunto dos habitantes. As quatro primeiras décadas do envelhecimento populacional (1970-2010) foram acompanhadas por uma redução da razão de dependência que propiciou ao país colher o seu bônus demográfico. Houve aumento da renda das famílias e melhoria dos indicadores sociais devido a uma melhora da relação entre os “produtores” e “consumidores” efetivos. Porém, a falta de dinamismo do mercado de trabalho, na segunda década do século XXI, tem desperdiçado o potencial oferecido pela janela de oportunidade. Olhando pelo lado da razão de dependência, o bônus demográfico teria fôlego para continuar até 2030. Mas a crise econômica está colocando um fim precoce a este fenômeno tão benéfico ao desenvolvimento econômico e social. O bônus está acabando, mas o envelhecimento está apenas começando. Sem o bônus demográfico o processo de envelhecimento populacional trará grandes desafios para a melhoria do padrão de vida dos milhões de brasileiros que vão entrar na faixa de 60 anos e mais nas próximas décadas.

Palavras-chave: Bônus demográfico; Envelhecimento; Estrutura etária

Introdução

Durante muito tempo, o debate sobre população e desenvolvimento (P & D) ficou centrado nos efeitos do crescimento demográfico sobre as taxas de aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, após o fenômeno da transição demográfica (redução das taxas de mortalidade e natalidade) a atenção se deslocou para os efeitos da estrutura etária sobre o desenvolvimento econômico e social.

A redução das taxas de fecundidade (número médio de filhos por mulher) implica em um estreitamento imediato da base da distribuição de sexo e idade da população, um alargamento, no médio prazo, da parte central da pirâmide e um adensamento, no longo prazo, do topo da pirâmide etária. Como resultado do primeiro movimento e no transcurso das primeiras décadas posteriores ao início da queda da fecundidade (quando a pirâmide fica mais parecida com um botijão de gás), a população economicamente ativa (PEA) cresce em ritmo superior ao da população total. Consequentemente, a taxa de crescimento do PIB per capita tende a ser maior do que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho. Este efeito, transitório pela própria natureza, é conhecido como bônus demográfico e representa um estímulo ofertado pela demografia ao crescimento econômico, à redução da pobreza e à melhoria do bem-estar social (ALVES, 2004; LEE e MASON, 2006).

Mas o aumento do percentual de idosos na população sempre se acelera após o fim do bônus demográfico. O aumento da razão de dependência poderá se tornar um ônus demográfico se não forem criadas as condições para se enfrentar este período desfavorável da estrutura etária com aumento da razão de dependência. Portanto, quando maior for o período do bônus demográfico, melhores serão as condições de vida dos idosos no futuro (WAJNMAN ET AL. 2004).

O bônus demográfico no Brasil

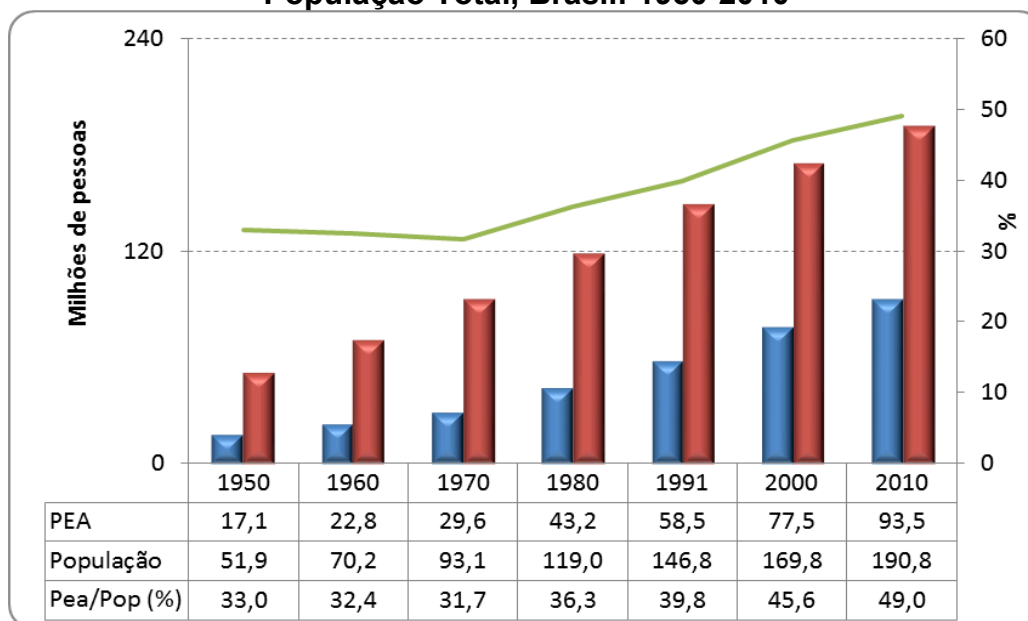
O bônus demográfico (ou dividendo demográfico ou janela de oportunidade) acontece quando a razão de dependência demográfica se reduz (resultante do aumento da relação entre produtores e consumidores efetivos na população). Ou seja, o bônus cresce na medida em que há um grande contingente da população em idade produtiva concomitantemente a um menor percentual de crianças e idosos no total da população.

O gráfico 1 mostra que, em 1950, a população economicamente ativa (PEA) era de 17,1 milhões de pessoas para uma população total de 51,9 milhões de habitantes. Isto quer dizer que havia 33% de pessoas ocupadas e/ou procurando emprego no Brasil. Essa relação caiu nos vinte anos seguintes, atingindo o nível mais baixo (31,3%), em 1970. Ou seja, antes da transição da fecundidade havia uma pessoa na PEA para cada duas pessoas fora da PEA. Isto é, um produtor efetivo tinha que sustentar dois outros consumidores, além de si próprio. Pode-se dizer, grosso modo, que uma renda derivada do trabalho era repartida por três pessoas.

Após a transição da fecundidade (que se generalizou pelo país depois de 1970) a PEA começou a crescer em ritmo mais rápido do que a população atingindo 35,6% em 1980, 39,8% em 1991, 45,7% em 2000 e quase 50% em 2010. Pode-se dizer, então, que uma renda passou a ser repartida somente entre duas pessoas. Neste processo, cresceu a capacidade de consumo, poupança e investimento dos cidadãos brasileiros.

Por definição, o crescimento econômico é igual ao incremento da força de trabalho multiplicado pelo aumento da produtividade das pessoas ocupadas (via aumento do estoque de capital, progresso técnico e aumento do capital humano). Segundo as séries históricas do IPEADATA, entre 1970 e 2010, o PIB brasileiro cresceu, em termos reais, 438%, a população cresceu 105% e o PIB per capita cresceu 163%. O crescimento populacional e a mudança da estrutura etária contribuíram para transformar o Brasil em uma das dez maiores economias do mundo.

Gráfico 1: População Economicamente Ativa (PEA) como porcentagem da População Total, Brasil: 1950-2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1950 a 2010

Porém, como dito anteriormente, o bônus demográfico é um fenômeno temporário e tem prazo de validade. Adicionalmente, pouco contribui o fato de haver muitas pessoas em idade produtiva se a situação do mercado de trabalho não garante o pleno emprego e o trabalho decente. Também, pouco contribui a redução da razão de dependência demográfica se os jovens não conseguem se inserir adequadamente nas atividades produtivas e se há uma retirada precoce do mercado de trabalho (ALVES, 2008 e 2014).

Infelizmente, essa é a situação do Brasil atual que está deixando de colher os últimos frutos oferecidos por uma situação demográfica ainda favorável. As tendências observadas entre 1970 e 2010 poderiam ser estendidas até 2020 e, com esforço, até 2030. Todavia, parece que as políticas macroeconômicas do país estão contribuindo para o fim precoce do bônus demográfico brasileiro.



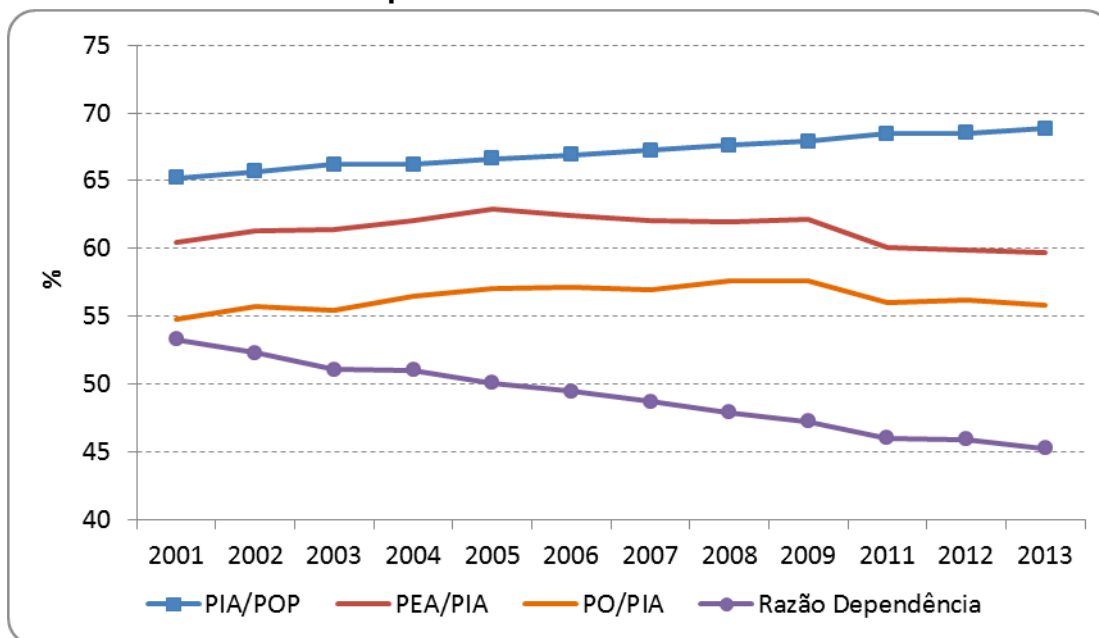
A crise no mercado de trabalho

Os dados dos censos do IBGE nos dão uma noção clara dos ganhos do bônus demográfico entre 1970 e 2010. Para o período mais recente precisamos acompanhar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). No primeiro caso, conforme mostra o gráfico 2, a série da PNAD do século XXI mostra que a estrutura etária brasileira continua favorável. Entre 2001 e 2013 a População em Idade Ativa (PIA) passou de 65,2% para 68,8%, enquanto a razão de dependência demográfica (população de 0-14 anos + população de 65 anos e mais dividida pela população de 15-64 anos) caiu de 53,3% para 45,2%.

Isto quer dizer que cresceu a população em idade de trabalhar e diminuiu a população em idade considerada dependente. Mas para colher este bônus em potencial seria preciso que o mercado de trabalho oferecesse as vagas

necessárias para incorporar a disponibilidade de mão-de-obra (TURRA, QUEIROZ, 2009).

Gráfico 2 Relação entre a população ocupada (PO), população economicamente ativa (PEA), a população em idade ativa (PIA) e a razão de dependência Brasil: 2001-2013



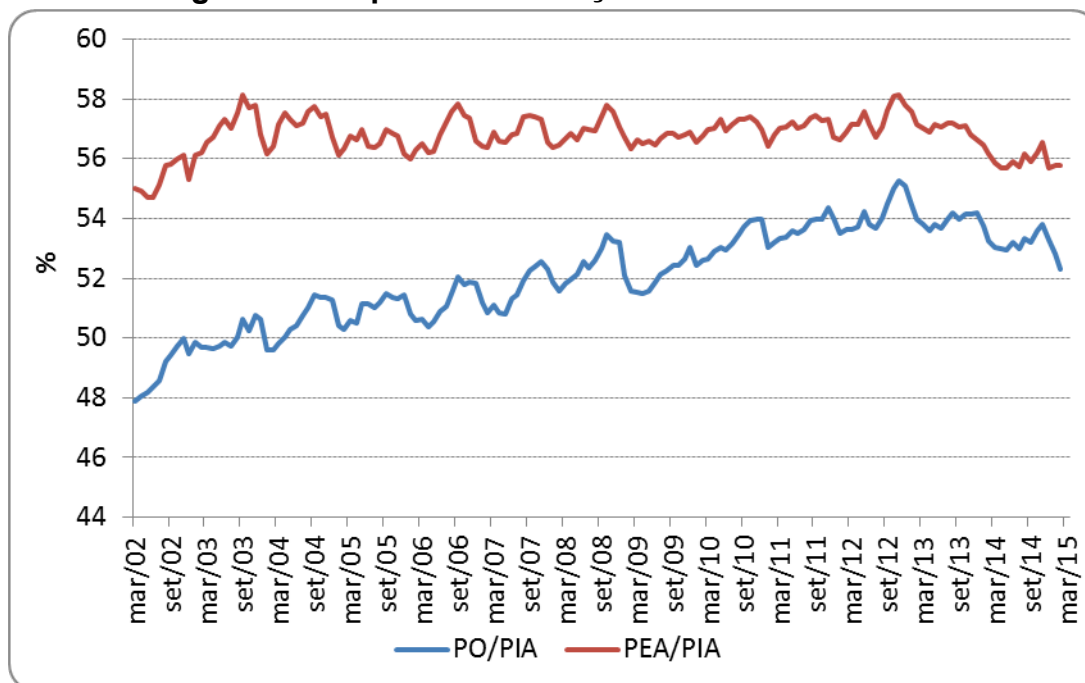
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Contudo, a PNAD mostra que a relação da População Economicamente Ativa (PEA) com a PIA cresceu, e acompanhou a relação da PIA com a população total (POP), somente até 2005, declinando ligeiramente até 2009 e caindo rapidamente no período 2011-2013. A relação entre a população ocupada (PO) e a PIA apresentou melhor desempenho, pois houve redução do desemprego no período. A relação PO/PIA passou de 54,8% em 2001 para 57,6% em 2009. Isto quer dizer que o bônus demográfico estava sendo “colhido” (mesmo que de forma parcial). Todavia, houve queda da PO/PIA entre 2011 e 2013, o que significa um desperdício do bônus.

Ou seja, embora a razão de dependência demográfica ainda esteja em declínio e em nível muito baixo no Brasil, o ritmo de geração de emprego perdeu fôlego desde o final da década passada e, mesmo com baixas taxas de desemprego até 2013, os dados da PNAD mostram que o bônus demográfico não está sendo aproveitado em decorrência do fraco desempenho econômico. Havia esperança que o declínio da relação PO/PIA fosse temporário e que houvesse recuperação no restante da década. Porém, os dados da PME confirmam a piora das condições do mercado de trabalho e a crise econômica de 2015 indica um colapso dos níveis de emprego.

Vejam os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE que fornecem informações atualizadas do mercado de trabalho para as seis maiores regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). O gráfico 3 mostra que a taxa de atividade (PEA/PIA) ficou aproximadamente estável entre setembro de 2003 (58,2%) e novembro de 2012 (58,1%), mas declinou desde então e atingiu o nível de 55,8% em fevereiro de 2015.

Gráfico 3: Relação entre a população ocupada (PO), população Economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA), Seis Regiões Metropolitanas: março 2002 – fevereiro 2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

A relação entre a população ocupada e a população em idade ativa (PIA) cresceu desde o início da nova série histórica, em março de 2002 (quando estava em 47,9%) e atingiu o pico de 55,3% em novembro de 2008. A população ocupada cresceu enquanto a PEA permanecia aproximadamente constante porque houve redução das taxas de desemprego (a taxa de desemprego da PME atingiu o valor máximo em agosto de 2003 com 13,1% das pessoas desocupadas). Embora as taxas de desemprego tenham se mantido baixas em 2013 e 2014, a relação entre a população ocupada e a população em idade ativa (PIA) decresceu desde novembro de 2012 (quando estava em 55,3%), atingindo o valor de 52,3% em fevereiro de 2015. O percentual de população ocupada em fevereiro de 2015 é equivalente ao mês de agosto de 2009 (quando estava em 52,2%).

Ou seja, o mês de fevereiro de 2015 mostrou uma estabilidade na relação PEA/PIA, mas como houve aumento do desemprego de 5,3% em janeiro para

5,9% em fevereiro de 2015 a relação PO/PIA caiu para os níveis dos meados de 2009, quando a crise nacional e internacional estava no auge. Assim, os dados da PME também mostram que o bônus demográfico não está sendo aproveitado em decorrência do fraco desempenho econômico mesmo nas regiões metropolitanas mais dinâmicas do país. E o quadro deve piorar.

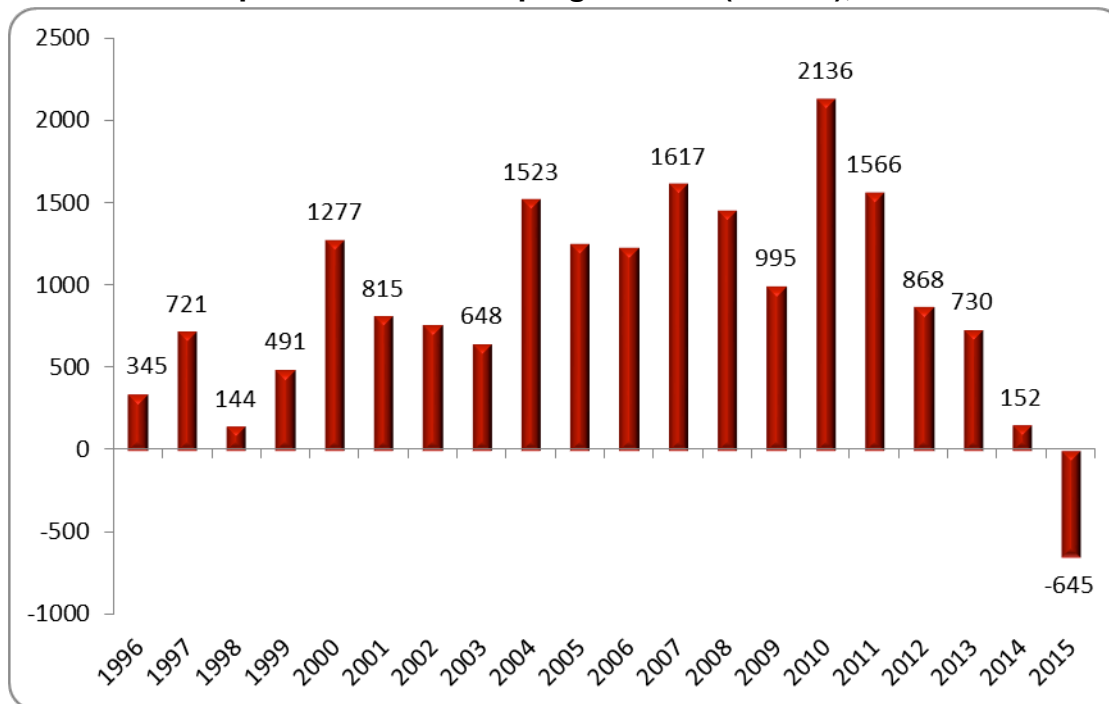
Tanto os dados da PNAD, quanto os dados da PME mostram que o ritmo de geração de emprego e de crescimento da população ocupada em relação à PIA perdeu fôlego principalmente após o final do ano de 2012. O tamanho da PEA e da População Ocupada (PO) é menor no início de 2015 do que era no início de 2010. Ou seja, considerando que o bônus demográfico acontece quando a população ocupada (PO) cresce em ritmo superior ao da população total, pode-se dizer que o bônus demográfico no Brasil terminou em 2012, pois o mercado de trabalho estagnou na segunda metade do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff e tende a entrar em desfalecimento em 2015.

A análise do comportamento do mercado de trabalho formal - a partir das bases estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – mostra que houve crescimento do emprego em todos os anos entre 1996 e 2014. Desde o início do século (2001) até 2013 houve a geração de quase 16 milhões de postos de trabalho, com uma média de 1,2 milhões de empregos formais por ano. Este tipo de emprego geralmente é mais produtivo e garante direitos trabalhistas para a população trabalhadora.



Porém, o CAGED aponta a geração de apenas 152 mil empregos em 2013, sendo que, em 2015, houve perda de 81.774 empregos em janeiro e perda de 2.415 empregos em fevereiro. A consultoria MB Associados estima uma perda de 645 mil empregos formais em 2015. Seria o primeiro ano, em duas

décadas, a apresentar redução dos postos de trabalho. Este é mais um indicador do fim do bônus demográfico. Nota-se que o problema não está na dinâmica da razão de dependência demográfica, mas na falta de dinamismo do crescimento econômico e na oferta de vagas. Geralmente, os jovens e os idosos são os mais prejudicados.

Gráfico 4: Comportamento do emprego formal (em mil), Brasil: 1996-2015


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CAGED: 1996-2015

Nota: projeção da consultoria MB Associados para 2015

Considerando somente o lado demográfico, a janela de oportunidade continuaria aberta entre os anos de 2020 e 2030, fechando progressivamente nas décadas seguintes. Todavia, a razão de dependência só voltaria aos níveis do ano de 1970 no final do século XXI. Desta forma, haveria espaço para aproveitar as condições demográficas favoráveis pelo menos até 2030 (ALVES ET AL. 2010).

Para tanto, seria fundamental incorporar um maior número de brasileiros e brasileiras ao mercado de trabalho. Segundo dados da PNAD, enquanto a PEA em 2013 era de 103,4 milhões de cidadãos, havia 70 milhões de pessoas de 10 anos ou mais fora da PEA. Somente entre os jovens de 15 a 29 anos havia cerca de 10 milhões de indivíduos que não estavam nem trabalhando e nem estudando, a chamada “geração nem-nem”. No outro extremos do ciclo de vida, havia uma grande quantidade de pessoas fora da PEA entre a população acima de 50 anos, pois o Brasil é conhecido como um dos países onde a idade média de aposentadoria é uma das mais baixas do mundo.

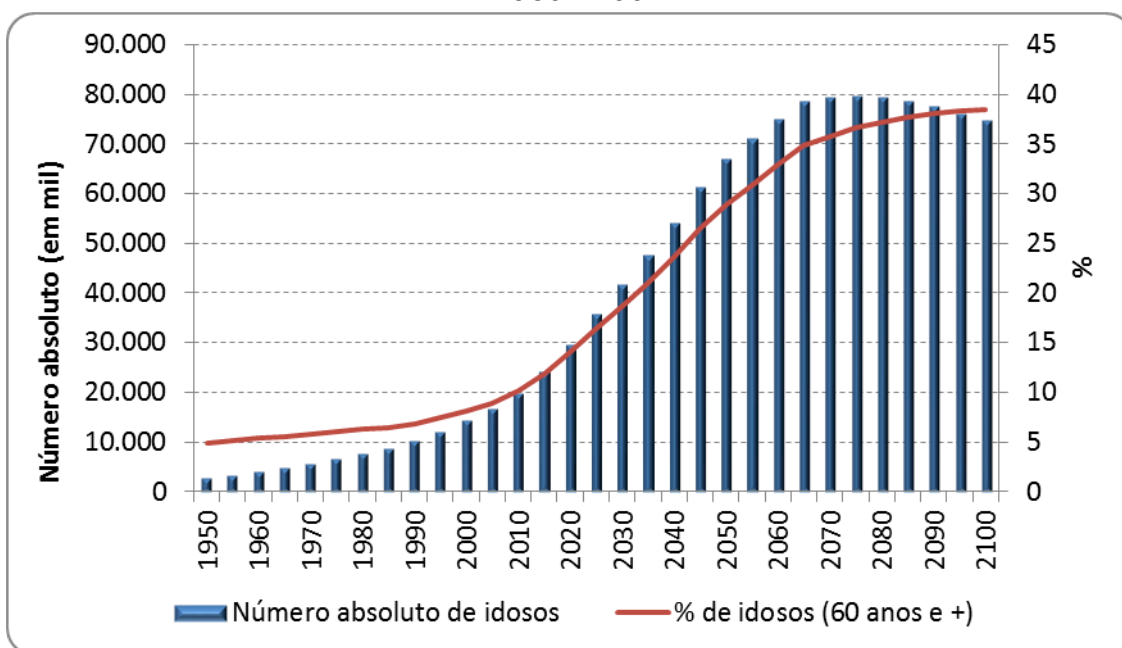
Todavia, ao contrário do esperado, a falta de dinamismo da economia brasileira tem contribuído para a estagnação da população economicamente ativa. A deterioração das condições econômicas do Brasil é reconhecida até mesmo pelo Boletim Focus do Banco Central que prevê, para 2015, inflação acima da meta, altas taxas de juros e queda de pelo menos 0,6% do PIB. Nesse modelo

em que prevalece baixas taxas de poupança e investimento, não é de se estranhar que a população ocupada se reduza e o desemprego aumente, sem perspectivas de grandes mudanças estruturais.

O crescimento do número de idosos no Brasil

Toda a análise anterior representa uma péssima notícia para a população idosa. Como visto, o Brasil está passando por um rápido processo de envelhecimento. A população idosa (60 anos e +) era de 2,6 milhões de pessoas em 1950 (5% da população total), passou para 19,8 milhões em 2010 (10% do total) e deve chegar a 67 milhões em 2050 (quase 30% do número total de habitantes do país). Ou seja, o Brasil gastou 60 anos para ver o percentual de idosos dobrar de 5% para 10%, mas terá que enfrentar o desafio de ver o percentual triplicar (de 10% para 30%) em apenas 40 anos.

Gráfico 5: Número e percentagem de idosos (60 anos e +), Brasil 1950-2100



Fonte: World Population Prospects: The 2012 Revision, <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>

Até a data do último censo demográfico (2010), o envelhecimento da estrutura etária brasileira foi benéfica para a economia e a redução da pobreza, pois o crescimento da população idosa foi relativamente pequeno, a redução da população dependente de crianças e jovens foi grande, enquanto o aumento das pessoas em idade produtiva possibilitou que a população economicamente ativa (PEA) aumentasse em relação à população total. Houve um aumento dos “produtores líquidos” sobre os “consumidores líquidos”.

Devido à crise econômica, a janela de oportunidade já começou a se fechar, com o percentual da PEA diminuindo em relação à população total. Nesta situação, cresce a preocupação com o envelhecimento, com a diminuição absoluta e relativa do número de trabalhadores em idade ativa, com o agravamento do desequilíbrio do sistema previdenciário, com o déficit fiscal do Estado e o endividamento das famílias, com o alto custo das doenças crônicas para o sistema de saúde e a assistência social, etc.

O número de pessoas com 60 anos e mais era de cerca de 20 milhões em 2010 e deve passar para 80 milhões em 2070. É como se o país estivesse passando de uma situação de bônus para ônus demográfico. Porém, existem alternativas otimistas (ou menos pessimistas) para este novo cenário. Em artigo para a revista Exame (03/07/2014), o demógrafo David Bloom, da Universidade de Harvard, considera que o aumento da longevidade e da esperança de vida ao nascer é uma das maiores conquistas da história da humanidade e que o envelhecimento da população não se traduz automaticamente numa catástrofe econômica e social. Ele diz:

Há estratégias que podem ser adotadas para minimizar possíveis problemas causados pelo envelhecimento, como mudanças nas regras de aposentadoria, políticas trabalhistas favoráveis a mulheres e programas de treinamento para trabalhadores mais velhos. Com toda a certeza, o veredito sobre esse tsunami grisalho ainda não foi dado. (BLOOM, 2014)

De fato, o envelhecimento, ao invés de ser visto de maneira negativa, como um desafio insolúvel, poderia ser visto como uma oportunidade. Porém, a crise econômica por que passa a sociedade brasileira pode colocar o futuro em perigo, trazendo o fantasma da perda de qualidade de vida e degradação do bem-estar.

Considerações Finais

O Brasil está envelhecendo antes de resolver os problemas básicos de inclusão social. Na verdade, houve uma regressão produtiva no Brasil nos últimos anos, pois há um claro processo de desindustrialização e de reprimarização da economia.

O Brasil tem um grande déficit em transações correntes, grande déficit público nominal (inclusive déficit primário em 2014), aumento das dívidas interna e externa, perda de competitividade, baixa produtividade do trabalho, reduzida qualidade da educação e grande déficit da previdência num processo de rápido envelhecimento populacional. O potencial produtivo da população em idade de

trabalhar nunca foi totalmente aproveitado no Brasil, mas tem entrado em situação crítica após 2012, com reversão do bônus demográfico.

Há quem diga que a situação da economia brasileira é conjuntural e temporária e que haverá, em breve, depois do ajuste fiscal, retomada do crescimento do PIB e do emprego. Porém, com a continuidade da Operação Lava-Jato de combate à corrupção, a crise na Petrobrás e a desorganização da cadeia produtiva dos combustíveis fósseis será difícil voltar ao ciclo de crescimento do emprego e da renda das famílias. As crises hídrica e energética somente agravam a situação.

De outra perspectiva, há também quem considere que a presente crise é estrutural e que estamos diante de uma nova década perdida, sem perspectiva de uma forte retomada da economia, do emprego e da renda. Uma subida dos juros nos Estados Unidos e a perda do “grau de investimento” no Brasil podem gerar um choque cambial que impactará negativamente a economia brasileira e dificultará o aumento dos investimentos produtivos, necessários para o crescimento do emprego.

Se prevalecer este último cenário, podemos estar assistindo, com pouca chance de erro, a uma crise de longo prazo no mercado de trabalho. Seria o fim definitivo e precoce do bônus demográfico no Brasil.

Nesta situação, será difícil solucionar de maneira adequada o processo de envelhecimento populacional do país. Entre 1950 e 2010 o número de idosos subiu de 2,6 milhões de pessoas (5% da população total) para 20 milhões (10% do total). Entre 2010 e 2070 o número de idosos (60 anos e +) passará de 20 milhões para 80 milhões (36% do total da população). Mesmo sem crise econômica, os desafios serão enormes.

A relação entre população ocupada e PIA chegou ao pico entre 2008 e 2012 (fim do bônus) e agora vai se reduzir gradualmente. Ou seja, o ritmo de crescimento da população ocupada será menor do que o ritmo de crescimento da população. Haverá menor proporção de “produtores” e maior proporção de “consumidores”. Embora a demografia ainda pudesse servir de estímulo para a economia, os baixos níveis de poupança/investimento estão antecipando o fim do bônus, precocemente. Dificilmente uma recuperação futura das taxas de crescimento do PIB virá a tempo de aproveitar o restante da janela de oportunidade.

Se o Estado brasileiro já tem dificuldades para garantir o equilíbrio financeiro da previdência social e a qualidade de vida da população idosa, tudo ficará mais difícil com o fim do bônus demográfico. Os desafios já são enormes e toda a sociedade precisa se preparar para a nova realidade demográfica.

Referências

ALVES, J. E. D. O Bônus Demográfico e o crescimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, *Aparte, Inclusão Social em Debate*, IE-UFRJ, 06/12/2004.

ALVES, J. E. D., BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2006, Caxambu. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2006.

ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a janela de oportunidade. *Braudel Papers*. São Paulo, v.1, p.1 - 13, 2008.

ALVES, J. E. D., VASCONCELOS, D. CARVALHO, A.A., Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. *TD, 10, Cepal/IPEA*, Brasília, pp. 1-38, 2010.

ALVES, JED, A janela de oportunidade demográfica do Brasil, Recife, *Revista Coletiva, FJN*, nº 14, mai/ago, 2014

BLOOM, D. Dá para para tirar vantagem do envelhecimento da população. *Exame*, SP, 03/07/2014

LEE R., MASON A. ¿Cuál es el dividendo demográfico? Vuelta al esencial. *Finanzas & Desarrollo*. 2006.

TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. Antes de que sea demasiado tarde: transición demográfica, mano de obra disponible y problemas de la seguridad social en el Brasil. *Notas de población*. nº 86. CEPAL, 2009.

WAJNMAN S., OLIVEIRA, A.H., OLIVEIRA, E. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: CAMARANO, A.A.(org.) IPEA (capt. 14) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*, 2004.

Data de recebimento: 12/03/2015; Data de aceite: 20/05/2015.

José Eustáquio Diniz Alves - Sociólogo, mestre em economia e doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP. Professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi tesoureiro (gestão 2005-2006) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP (gestão 2007-2008) e diretor de finanças/administrativo da Associação Latino-Americana de População - ALAP (gestão 2013-2014).

Email: jed_alves@yahoo.com.br

Link do CV Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2003298427606382>